



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 09 de Outubro de 2017  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XI

Nº 1325



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



13 DE JUNHO/2017 – ATA Nº 54  
REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA XII CONFERÊNCIA  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 54/2017 – Reunião da Comissão Organizadora da XII Conferência  
2 Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo – Aos treze dias de  
3 junho de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na Secretaria  
4 Municipal de Trabalho e Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 –  
5 Centro, realiza-se a reunião da comissão organizadora da XII Conferência  
6 Municipal de Assistência Social, com os conselheiros presentes: Ricardo  
7 Alexandre do Carmo Pereira; Débora Muniz Quaiatto Machado; Érina Soares  
8 Silva; Ester Mundim Alves; Andréia Cristina Gonçalves; Gláucia de Almeida  
9 Ramos; Débora relata sobre as definições do palestrante, que estão sendo  
10 encaminhadas pela organização e que precisa ser um profissional que saiba  
11 transmitir e ter uma didática prática sobre o assunto, e os membros do  
12 conselho debatem sobre o perfil do palestrante em passar todas essas  
13 informações em nível nacional e municipal. A conselheira Gláucia afirma que o  
14 momento da assistência social é delicado em todo o país, envolve todo o leque  
15 de atuação do município em diferentes contextos a partir dos Centros de  
16 Referência de Assistência Social (CRAS) e de Referência Especializado de  
17 Assistência Social (CREAS), e que o palestrante precisa ser um profissional  
18 competente. Débora informa que o Consórcio RIDES - Região Integrada de  
19 Desenvolvimento Sustentável - ficou responsável pela contratação do palestrante  
20 e também dos folders, cartazes, pastas. Em relação ao almoço e transporte  
21 das pessoas, os conselheiros passarão algumas sugestões que serão  
22 comunicadas com a Secretária Márcia, pra que tudo seja confirmado, e  
23 organizado, e caso tenha que mudar alguma coisa na Resolução, o conselho  
24 será comunicado. Sobre as datas das pré-conferências, Débora relata que elas  
25 serão organizadas e decididas, e todas as informações serão repassadas tanto  
26 ao CMAS quanto ao CRAS. Sem mais a acrescentar, a reunião foi finalizada.  
27 E, para constar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a ata, que depois de lida foi  
28 assinada por todos. Presentes:  
29 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira  
30 Débora Muniz Quaiatto Machado  
31 Érina Soares Silva  
32 Ester Mundim Alves  
33 Andréia Cristina Gonçalves  
34 Gláucia de Almeida Ramos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



21/06/2017 – ATA Nº 55 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 55/2017 – Reunião Ordinária – Aos vinte e um dias do mês de junho de  
2 dois mil e dezessete, às oito e trinta, na Secretaria Municipal de Trabalho e  
3 Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realizou-se a reunião  
4 ordinária do CMAS, com os Conselheiros presentes: Iolanda Gomes Sunahara;  
5 Ester Mundim Alves; Elaine Lopes Vieira Maciel; Maria Francisca Faleiros  
6 Resende; Érina Soares da Silva; Gláucia de Almeida Ramos; Joyce Mundim;  
7 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira; Elaine Maria Lana de Oliveira; e com a  
8 seguinte pauta: Leitura da Ata anterior; Relatório Mensal dos  
9 Atendimento/Relatório dos FPGB Bolsa Família - Formulário Padrão de  
10 Gestão de Benefícios/Informes da Bolsa Família; Aprovar o Plano de Ação para o  
11 cofinanciamento do Governo Federal – SUAS 2017, do Município de Monte  
12 Carmelo MG; Instrumentos de Gestão e Lei Municipal SUAS; A presidente  
13 Débora inicia a reunião agradecendo a presença de todos, confirma com os  
14 conselheiros as informações formais da XII Conferência Municipal de  
15 Assistência Social, avisa aos demais que precisa se ausentar da reunião por  
16 motivos profissionais, e os membros do CMAS solicitam a leitura da ata da  
17 reunião anterior. Após lida, o conselho solicita modificações em alguns trechos  
18 da ata nº 52, do dia 24 de maio de 2017, que será repassada ao CMAS na  
19 próxima reunião ordinária. A conselheira Gláucia prossegue dando destaque  
20 para a interpretação do relatório mensal dos atendimentos/formulário padrão de  
21 gestão de benefícios/Informes da Bolsa Família, referente ao mês de maio de  
22 2017, com todas as informações dos beneficiários cadastrados, impresso,  
23 arquivado e disponível a todos os conselheiros. Gláucia demonstra  
24 preocupação com as ações do CMAS em relação às orientações do Governo  
25 Federal, sobre o controle da política social municipal, na administração do  
26 controle do Fundo Municipal de Assistência Social. Gláucia destaca, também,  
27 que é responsabilidade do conselho realizar deliberações referente aos  
28 instrumentos de gestão municipal, no âmbito da Assistência Social, sendo eles:  
29 PPA, LDO e LOA, e acrescenta que não fica claro para o CMAS as  
30 informações sobre a elaboração desses instrumentos orçamentários, que  
31 abrangem de forma geral os objetivos e metas (quantitativas e  
32 qualitativas) que orientarão os programas e políticas públicas  
33 municipais de assistência social ao longo dos quatro anos seguintes  
34 referidos à gestão. Gláucia justifica a preocupação pelo fato de que em todo  
35 esse processo, muitas informações e documentos que chegam ao conselho, o  
36 CMAS é o responsável direto, por isso todo o planejamento municipal de  
37 assistência social é imprescindível que seja repassado com detalhes ao  
38 conselho. Gláucia destaca que participou de um curso sobre o financiamento  
39 da Política de Assistência Social com carga horária de 40 horas, oferecido pela  
40 SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – em

41 outubro de 2016, e um dos requisitos para a participação nesse curso é que  
42 sejam servidores efetivos. Na oportunidade, ela afirma a importância de  
43 compartilhar este curso aos conselheiros do CMAS, uma vez que a gestão dos  
44 recursos financeiros da assistência social deve ter aprovação neste conselho.  
45 Gláucia afirma, ainda, que a Lei Municipal 1.300, de 28 de dezembro de 2015,  
46 em seu Art. 7º, inciso VI, traz orientações em relação aos trabalhadores do  
47 SUAS – Sistema Único de Assistência Social – relata que é inaceitável a  
48 execução de serviços por trabalhadores de forma voluntária em qualquer  
49 unidade vinculada a política pública de assistência social, como ocorreu com  
50 três trabalhadoras contratadas no anexo CRAS, em Celso Bueno; Na ocasião,

51 segundo a Gláucia, informaram a elas que não poderia fazer o contrato antes  
52 da inauguração da unidade, que ocorreu dia 16/05/16. Contudo, o serviço de  
53 proteção social básica está em oferta nesta comunidade desde 2012, através  
54 de equipe volante. Outra questão levantada por Gláucia refere-se à contratação  
55 de pedagoga para exercer atividade laborativa no Serviço de Convivência e  
56 Fortalecimento de Vínculos de crianças e adolescentes na comunidade com  
57 salário inferior a outras trabalhadoras, com as mesmas funções, no CRAS Vila  
58 Nova e Santa Rita. Recomenda-se que seja acatado o Art. 37 da CF/88, que  
59 traz os princípios explícitos que a administração pública deve cumprir, sendo  
60 eles o da legalidade e impessoalidade, em relação à contratação de destes  
61 trabalhadores. Prosseguindo, Gláucia relata que o CMAS fiscalize não somente  
62 as entidades não governamentais, mas todos os equipamentos do setor público  
63 que oferecem serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social  
64 na proteção social básica e especial, e completa que trabalha há seis anos na  
65 Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social e até o momento as unidades  
66 que prestam serviços públicos vinculados não receberam fiscalização do  
67 CMAS, e que é pertinente que seja criada uma comissão pra fiscalizar estes  
68 espaços. Gláucia prossegue acrescentando que as trabalhadoras do anexo em  
69 Celso Bueno estão proibidas de irem ao CRAS Vila Nova, unidade ao qual  
70 estão vinculadas. Em seguida, ela apresenta a incoerência em relação à oferta  
71 de serviços, oficinas ou cursos (designer em sobrancelhas, cabeleireiro entre  
72 outros) pelo CRAS a pessoas que não tem perfil bolsa família ou tampouco  
73 possuem Cadastro Único. Ela deixa claro que as pessoas inseridas no cadastro  
74 único com perfil do Programa Bolsa Família é que estão aptas e prioritárias a  
75 serem atendidas nas Unidades de Proteção Social Básica. Outra questão  
76 levantada pela Gláucia é que as atividades que são ministradas na  
77 Comunidade de Celso Bueno não são as mesmas oferecidas no CRAS Vila  
78 Nova (como balé, jiu jitsu, bordados, crochê, patch applique, cursos de designer  
79 e sobrancelhas, cabeleireiro, entre outros). Na comunidade Celso Bueno  
80 possui apenas curso de pintura desde 2013. Francisca acrescenta que, em  
81 relação ao contato de trabalho das funcionárias destacadas anteriormente, foi  
82 solicitada a contratação delas através de portaria publicadas no diário, e que,  
83 pelo relato, algumas informações podem não ter chegado ao conhecimento do  
84 gabinete, e menciona que a Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social,  
85 Márcia Gonçalves Cardoso, tome conhecimento dessas informações.  
86 Finalizando, foi gentilmente solicitada a presença, na reunião, da Secretária  
87 Municipal de Trabalho e Ação Social, Márcia Regina Gonçalves Cardoso, ela  
88 faz a leitura e interpretação do Plano de Ação para o cofinanciamento do  
89 Governo Federal – SUAS (Sistema Único de Assistência Social), de 2017, do  
90 Município de Monte Carmelo MG, com todos dados inseridos no sistema  
91 CADSUAS/REDSUAS. Todos os membros do CMAS aprovam o Plano. Sem  
92 mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião. E, para constar, eu,  
93 Wander Vasconcelos, lavrei a ata, que depois de lida foi assinada por todos.  
94 Presentes:

95 Iolanda Gomes Sunahara  
96 Ester Mundim Alves  
97 Elaine Lopes Vieira Maciel  
98 Maria Francisca Faleiros Resende  
99 Érina Soares da Silva  
100 Gláucia de Almeida Ramos

101 Joyce Mundim  
102 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira  
103 Elaine Maria Lana de Oliveira  
104 Cláudia Regina Pereira Lourenço  
105 Roberto Vicente da Cruz  
106 Márcia Regina Gonçalves Cardoso  
107 Wander Vasconcelos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



28/07/2017 – ATA Nº 56 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMAS  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata nº 56/2017 – Reunião Extraordinária – Aos vinte e oito dias do mês de julho,  
2 de dois mil e dezessete, às oito e trinta, na Secretaria Municipal de Trabalho e  
3 Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realizou-se a reunião  
4 extraordinária do CMAS, com os Conselheiros presentes: Iolanda Gomes  
5 Sunahara; Ester Mundim Alves; Maria Francisca Faleiros Resende; Gláucia de  
6 Almeida Ramos; Ricardo Alexandre do Carmo Pereira; Débora Muniz Quaiatto  
7 Machado; Luciana Pereira Resende Marques; Andréia Cristina Marques; e com a  
8 seguinte pauta: Aprovação do Plano de Serviço Piso Mineiro 2017 de Assistência  
9 Social; Discussão sobre o curso Introdução ao Exercício do Controle Social do  
10 SUAS, do programa Capacita SUAS em Minas Gerais. A presidente Débora inicia  
11 a reunião agradecendo a presença de todos, agradece aos membros do CMAS o  
12 esforço na realização da XII Conferência Municipal de Assistência Social. Destaca  
13 que o motivo da reunião é apresentar e aprovar o Plano de Serviço 2017 para o  
14 cofinanciamento Estadual dos Benefícios e Serviços Socioassistenciais – PISO  
15 MINEIRO, do Município de Monte Carmelo/MG, que vai direcionar o recurso a  
16 investimento em benefícios eventuais, apresentados também na XII Conferência.  
17 Débora afirma também que foram atualizados os dados do referido Plano de  
18 Serviço com todos os repasses disponíveis, fundamentado em todas as leis  
19 discriminadas no próprio Plano de Serviço e também na Lei Municipal 1.300, de 28  
20 de dezembro de 2015, e que ele está impresso, com todos os valores disponíveis  
21 a todos os membros do CMAS. Débora prossegue e menciona sobre um ofício  
22 circular da SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento  
23 Social, do Governo/MG, sobre o curso/capacitação "Introdução ao Exercício do  
24 Controle Social do SUAS, ofertando 03 vagas para cada município. As orientações  
25 sobre como realizar as inscrições e a disponibilidade de vagas estão claras na  
26 resolução CEAS nº 555/2016. 01 (Uma) vaga é disponibilizada ao Secretário  
27 Executivo de Conselhos Municipais, Wander Vasconcelos, e as outras duas  
28 disponibilizadas aos conselheiros não governamentais, que serão, de acordo com  
29 a deliberação do CMAS, Gláucia de Almeida Ramos, representante das  
30 Assistentes Sociais, e Ricardo Alexandre do Carmo Pereira, representante das



31 Instituições de Longa Permanência (Casa de Repouso da Sociedade São Vicente  
32 de Paulo). Fica também deliberado pelo CMAS a Resolução nº 06, de 2017, em  
33 que aprova e nomeia a comissão de visitas de acompanhamento, fiscalização e  
34 avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família. A referida  
35 comissão compõe-se de 04 (quatro) membros, com representação paritária, eleitos  
36 pela Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo,  
37 quais sejam: Iolanda Gomes Sunahara e Débora Muniz Quaiatto Machado, pelo  
38 Pode Público; Maria Dias Rodrigues e Ester Mundim Alves, pela Sociedade Civil.  
39 Sem mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião. E, para constar, eu,  
40 Wander Vasconcelos, lavrei a ata, que depois de lida foi assinada por todos.  
41 Presentes:

42 Iolanda Gomes Sunahara  
43 Ester Mundim Alves  
44 Maria Francisca Faleiros Resende  
45 Gláucia de Almeida Ramos  
46 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira  
47 Débora Muniz Quaiatto Machado  
48 Luciana Pereira Resende Marques  
49 Andréia Cristina Marques



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



94

**23/08/2017 – ATA Nº 57 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO**

1 Ata nº 57/2017 – Reunião Extraordinária – Aos vinte e três dias do mês de  
2 agosto, de dois mil e dezessete, as oito e trinta, na Secretaria Municipal de  
3 Trabalho e Ação Social, situada na Praça Celso Bueno, 24 – Centro, realizou-se  
4 a reunião ordinária do CMAS, com os Conselheiros presentes: Ester  
5 Mundim Alves; Maria Francisca Faleiros Resende; Gláucia de Almeida Ramos;  
6 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira; Débora Muniz Quaiatto Machado; Elane  
7 Maria Lana de Oliveira; Érina Soares da Silva; Joice Mundim; Naziro João da  
8 Silva, e com a seguinte pauta: Apresentação do Relatório SIMSUAS  
9 (CRAS/CREAS); Relatório Mensal dos Atendimentos/Relatório dos FPGS  
10 Bolsa Família; Relatório final, avaliação da XII Conferência Municipal de  
11 Assistência Social; Repasse relacionado a Conferência Estadual de Assistência  
12 Social. Discussão sobre a Lei de benefícios eventuais; A presidente Débora  
13 inicia a reunião agradecendo a presença de todos, e o conselho aprova todas  
14 as atas anteriores que estavam pendentes: nº 51, 52, 53, 54 e 55. Faz a leitura  
15 também do relatório SIMSUAS (CRAS/CREAS), e detalha sobre o Questionário  
16 Semestral de Aplicação do Recurso Estadual FEAS/FMAS 2017 – Piso Mineiro  
17 de Assistência Social, destinado à Gestão da Proteção Social Básica e  
18 Especial, aprovado por todos os membros, cuja Resolução será publicada no  
19 Diário Oficial do Município do dia 06 de Setembro de 2017. Débora faz a leitura  
20 do Formulário Padrão de Gestão de Benefícios – Bolsa família (cadastro único)  
21 – aprovado pelo CMAS, arquivado e disponível a todos os conselheiros. Sr.  
22 Naziro questiona sobre o número de pessoas bloqueadas no cadastro único  
23 informado no começo do ano, que, segundo informações do próprio setor, não  
24 condizia com a realidade do município, envolvendo por volta de 80% dos  
25 beneficiários do programa bolsa família cadastrados em gestões passadas no  
26 perfil de extrema pobreza, com dados e informações inverídicas, e Débora  
27 deixa claro que todo esse processo foi revisto pela atual gestão, com a maioria  
28 das visitas realizadas e os cadastros corrigidos. A Conselheira Gláucia de  
29 Almeida Ramos acrescenta que a Comissão criada pelo CMAS para averiguar  
30 as entidades socioassistenciais não fiscalize somente as entidades civis, mas  
31 também as unidades públicas que prestam serviços à população, no caso, os  
32 CRAS. Gláucia deixa claro também que essa fiscalização da comissão criada  
33 para esse fim abranja exclusivamente o serviço público e municipal ofertado,  
34 mas não as atuações dos profissionais, já que essa é uma função pertinente a  
35 cada conselho de classe da respectiva categoria. Débora acrescenta que a  
36 Comissão já pode iniciar os trabalhos procurando os assistentes sociais nos  
37 respectivos CRAS para participar das visitas aos beneficiários do Cadastro  
38 Único. Em relação ao grande número de trabalhadores rurais (sazonal) na  
39 região, que sobrevivem às passagens sazonais e cíclicas do meio ambiente,  
40 Sr. Naziro destaca que esse perfil de trabalhador tem procurado cada vez mais  
41 pelos serviços socioassistenciais, que eles não informam ou não têm  
42 conhecimento sobre os detalhes da carteira de trabalho e outros serviços  
43 prestados, ficando, assim, com a renda declarada incompatível e sujeitos ao  
44 bloqueio do Bolsa família e outros benefícios. Acrescenta também que as  
45 atividades rurais podem desencadear uma série de alternativas benéficas  
46 aos trabalhadores desde que eles sejam mais bem informados nas questões  
47 trabalhistas. Continuando, Débora relata que o cadastro precisa ser atualizado  
48 não só para o perfil de usuários que recebem o bolsa família, mas também  
49 para outros serviços e benefícios do cadastro único, como desconto nas tarifas  
50 de energia, alíquota diferenciada do INSS às donas de casa, benefícios nas  
51 taxas de concursos e inscrição de vestibular, programa minha casa minha vida.

**23/08/2017 – ATA Nº 57 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO**

52 Sr. Naziro informa sobre o censo nas propriedades rurais do município, que  
53 futuramente os recenseadores irão passar com identificação do IBGE, e que  
54 essas informações são necessárias, já que novas estatísticas em relação às  
55 atividades rurais serão importantes e benéficas para a situação econômica e  
56 social tanto do município quanto do país, e também importante estatisticamente  
57 sobre o que é produzido e consumido no município. Gláucia discute com o  
58 conselho a abrangência da Lei 1380, de 27 de junho de 2017, que alterou a Lei  
59 nº 805/2009 (que dispõe sobre os benefícios eventuais de Assistência Social).  
60 Segundo Gláucia, mesmo que as alterações aprovadas sejam recentes, a  
61 redação da Lei 1380/2017 não ficou clara em relação à quais políticas públicas  
62 serão abrangidas pelo FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social – como  
63 a interpretação envolvendo Calamidade Pública, que tem o objetivo de atender  
64 às necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária. A  
65 presidente Débora discorda e acrescenta que a redação da Lei 1380/2017 foi  
66 passada e aprovada tanto pelo CMAS de Monte Carmelo quanto pela  
67 Procuradoria Municipal e pela Câmara de Vereadores. Gláucia justifica a  
68 preocupação nesse sentido, e seu posicionamento neste conselho é coerente  
69 com o projeto ético político da profissão, e não por ter algo contra a atual  
70 gestão. E que o Fundo Municipal de Assistência Social precisa de uma  
71 execução orçamentária e contábil clara e competente, já que nele está  
72 depositado os recursos públicos voltados para atender direitos  
73 socioassistenciais específicos da população. O Conselheiro Naziro defende a  
74 criação da casa dos conselhos municipais, fortalecendo, assim, estratégias  
75 para o controle social e também a participação democrática da população  
76 congregando em uma única sede todos os conselhos municipais, com exceção,  
77 obviamente, do conselho tutelar, que é regido por lei própria. Prosseguindo, os  
78 conselheiros Naziro e Elane deixam claro que os membros do CMAS devem  
79 somente assinar documentação pertinente ao conselho se os relatórios e as

80 informações forem passadas de forma clara a todos. Finalizando, o convidado  
81 Roberto Vicente da Cruz, que também é presidente do Conselho Municipal de  
82 Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Monte Carmelo, relata sobre  
83 a falha do sistema no reconhecimento dos delegados eleitos para participar da  
84 Conferência Regional de Assistência Social, ocorrida em Uberlândia/MG, no  
85 dia 07 de agosto de 2017, e Débora deixa claro todas as informações foram  
86 repassadas e preenchidas corretamente no site, com os nomes dos respectivos  
87 delegados eleitos, e que o problema foi do sistema on line da Conferência  
88 Regional, que não confirmou o cadastro. Sem mais nada a tratar, deu-se por  
89 encerrada a reunião. E, para constar, eu, Wander Vasconcelos, lavrei a ata,  
90 que depois de lida foi assinada por todos. Presentes:  
91 Ester Mundim Alves  
92 Maria Francisca Faleiros Resende  
93 Gláucia de Almeida Ramos  
94 Ricardo Alexandre do Carmo Pereira  
95 Débora Muniz Quaiatto Machado  
96 Elane Maria Lana de Oliveira  
97 Érina Soares da Silva  
98 Joice Mundim  
99 Naziro João da Silva  
100 Roberto Vicente da Cruz  
101 Francisca de Souza Resende

Wander Vasconcelos

2

**EXPEDIENTE**

**DIÁRIO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 242

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)